



## SESSÃO TEMÁTICA Nº 01 – DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ENSINO E EXTENSÃO NO CAMPO DE PÚBLICAS

### ACCS LUGARES DE MEMÓRIA DO POVO NEGRO DA BAHIA: UM CAMINHAR ENTRE A GESTÃO SOCIAL E O PATRIMÔNIO AFROBRASILEIRO

André Luis Nascimento dos Santos<sup>1</sup>

Desirée Tozi<sup>2</sup>

Daiane Batista de Jesus<sup>3</sup>

#### **Resumo: (o mesmo que foi aprovado)**

O objetivo desse trabalho é refletir sobre o caminhar da ação de extensão universitária realizada pelo componente ACCS (Ação Curricular em Comunidade e Sociedade) Lugares de memória, poder e redes de solidariedade do povo negro da Bahia: a Gestão do Futuro e seus entrecruzamentos entre a Gestão Social e o Patrimônio Afrobrasileiro. Partindo da tríade memória, poder e redes de solidariedade, esse componente encontrou o eixo de análise que tem permitido a mediação coletiva entre o que foi vivenciado no passado, o que é experimentado no presente, bem como, o que se demanda para o futuro nessas organizações negras que historicamente coordenam a ação coletiva, à exemplo dos terreiros de candomblés, as irmandades negras, os movimentos sociais negros, bem como, o governamental e o não governamental que tem a temática negra como razão de existência. A luz de um olhar retrospectivo, buscaremos nesse trabalho narrar e refletir acerca do conjunto da obra percorrido por essas experiências ao longo de cinco edições, nas quais a ACCS Lugares de memória realizou uma série de diálogos profícuos junto a comunidades tradicionais de terreiros, criando uma verdadeira agenda que gravita entre o campo do Patrimônio afro-brasileiro, a gestão Social dessas territorialidades

<sup>1</sup> 1. Universidade Federal da Bahia. Departamento de Administração;

[andreluisnascimentosantos@gmail.com](mailto:andreluisnascimentosantos@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal da Bahia. CEAO

[desireetozi@gmail.com](mailto:desireetozi@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Federal da Bahia. NPGA

[daianebatistaj@gmail.com](mailto:daianebatistaj@gmail.com)

tradicionais, bem como, a busca pela efetivação de políticas públicas sistêmicas que alcancem essas comunidades.

**Palavras-chave:** (Lugares de Memória. Povo Negro. Terreiros de Candomblé. Patrimônio Afrobrasileiro. Gestão Social.)

## **INTRODUÇÃO**

O objetivo desse trabalho é refletir sobre o caminhar da ação de extensão universitária realizada pelo componente ACCS (Ação Curricular em Comunidade e Sociedade) Lugares de memória, poder e redes de solidariedade do povo negro da Bahia: a Gestão do Futuro e seus entrecruzamentos entre a Gestão Social e o Patrimônio Afrobrasileiro. Esse componente curricular que tem como objetivo contribuir para reflexões propositivas acerca dos processos de renovação, ressignificação e readequação das estratégias de sobrevivência e sustentabilidade das organizações negras que adentram ao século XXI com as suas vicissitudes, oportunidades e limitações que, ao longo de cinco edições, tem criado interações entre o Campo da Gestão Social e as Políticas de Gestão do Patrimônio Afro-brasileiro.

Partindo da tríade memória, poder e redes de solidariedade, esse componente encontrou o eixo de análise que tem permitido a mediação coletiva entre o que foi vivenciado no passado, o que é experimentado no presente, bem como, o que se demanda para o futuro nessas organizações negras que historicamente coordenam a ação coletiva, à exemplo dos terreiros de candomblés, as irmandades negras, os movimentos sociais negros, bem como, o governamental e o não governamental que tem a temática negra como razão de existência.

A partir dos seus objetivos específicos, esse componente tem buscado: a) Sensibilizar a comunidade acadêmica quanto à importância da memória nos processos de ressignificação das estratégias de luta e superação do povo negro baiano; b) Estimular membros das organizações negras da cidade a realizarem coletivamente um processo de reflexões propositivas para a manutenção e atualização do legado ancestral; c) Ampliar os espaços de intercâmbio de saberes entre a Universidade e as organizações negras da Bahia; d) Construir coletivamente saberes que subsidiem os diálogos entre comunidades de terreiros e os atores governamentais no andamento de ações de salvaguarda e eventual registro de patrimônio cultural.

A interdisciplinaridade proposta para essa disciplina tem como fonte a própria epistemologias das comunidades de matrizes culturais africanas, qual seja, a interação entre o território físico e simbólico, algo que se perfaz, através da cultura, da história, da memória, da identidade de grupo e da preservação material e imaterial. Nesse sentido, torna-se coerente a articulação de disciplinas curriculares como a Gestão Social, a Antropologia, a História, a Arquitetura, o Direito, a Administração Pública para pensar a gestão do passado, do presente e do futuro dessas comunidades, sobretudo quando diante das suas redes de interação, integração e solidariedade para com outras comunidades de terreiro, bem como, as comunidades do seu entorno.

Por tratar-se de uma atividade de extensão, consideramos ser fundamental as interações entre a comunidade detentora do patrimônio material e imaterial junto com a comunidade acadêmica, dois universos distintos que quando em diálogo podem construir sinergias relevantes no campo da preservação cultural. Nesse sentido, as contribuições teóricas trazidas pela produção acadêmica dos campos disciplinares aqui articulados quando confrontadas e complementadas pelas contribuições empíricas dos mestres dos saberes, construídas sobre outros estatutos sociais com os quais se constituem esses legados culturais de matriz africana, poderão se desdobrar em importantes formas de reflexão crítica e de produção de novos conhecimentos dentro do espaço da universidade e principalmente, dentro das comunidades envolvidas.

Esperamos que a proposta de articulação de teoria e práxis, epistemologia ocidental e epistemologia tradicional/ popular, para além de um experimento que resulte em novas produções científicas, constitua-se em uma experiência que venha transformar, matricialmente, as formas de produção de conhecimento sobre esse universo e o olhar dos próprios atores envolvidos.

A luz de um olhar retrospectivo, buscaremos nesse trabalho narrar e refletir acerca do conjunto da obra percorrido por essas experiências ao longo de cinco edições, nas quais a ACCS

Lugares de memória realizou uma série de diálogos profícuos junto a comunidades tradicionais de terreiros, criando uma verdadeira agenda que gravita entre o campo do Patrimônio afro-brasileiro, a gestão Social dessas territorialidades tradicionais, bem como, a busca pela efetivação de políticas públicas sistêmicas que alcancem essas comunidades.

No primeiro item, essa introdução. No segundo item, os pressupostos de partida dessa ação extensionista. No terceiro, um breve relato fotográfico da primeira edição dessa ACCS ocorrida no semestre de 2017.2, onde realizamos uma série de debates de modo itinerante em espaços de memória do povo negro da Bahia tendo como ponto de partida a ancestralidade. No quarto item, uma narrativa acerca da segunda e da terceira edição, ocorridas nos semestres de 2018.1 e 2019.1, onde, de modo perimetralizado, acompanhamos processos de patrimonialização de Terreiros. No quinto, as experiências remotas dessa disciplina, em pleno contexto da pandemia e de semestres atípicos, no semestre suplementar de 2020 e o semestre especial de 2021.1, momento em que realizamos uma série de webnários importantes para pensar os territórios negros. Por fim, as considerações finais.

## ***2.0 PRESSUPOSTOS DE PARTIDA DA ACCS LUGARES DE MEMÓRIA DO POVO NEGRO***

Quando da leitura do edital das ACCS da Universidade Federal da Bahia, uma inquietação tomou conta dos primeiros integrantes do Grupo Milonga. Era necessário ajudar a enegrecer a UFBA! Era necessário criar novos coros e narrativas para se pensar os territórios negros na Universidade, não mais como objetos de pesquisa, mas como sujeitos de Direitos e portadores de uma agenda pública de pública relevância.

Imbuídos nesse espírito, os autores desse artigo iniciaram uma série de diálogos para pensar o que seria uma construção extensionista capaz de ampliar os espaços de agenda do povo negro na Universidade. Como pensar um componente curricular de extensão no qual estudantes fossem convidados a fortalecer espaços de reconhecimento de lugares negros habitados pelas lacunas da política patrimonial brasileira?

Entre 2015 e 2017, alguns membros desse grupo vinham da experiência do primeiro Curso de Extensão do Patrimônio Cultural dos Terreiros Tombados, uma ação fruto da cooperação Técnica entre os Terreiros Tombados da Bahia, o IPHAN e o Cento Interdisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social da UFBA – CIAGS-UFBA. Essa experiência que teve como resultado a concepção dos Planos de Salvaguarda dos Terreiros Tombados pelo IPHAN, foi o amalgama dessa experiência extensionista que buscou recuperar os encontros semanais com as comunidades de Terreiro no seio da Universidade.

Diante desse contexto, foi submetido a UFBA o projeto Lugares de Memória, Poder e Redes de Solidariedade do Povo Negro da Bahia: a Gestão do Futuro, como um mote para ampliar as reflexões substantivas das redes e tramas do passado como possibilidades de arranjos reflexivos para planejamentos de futuro de curto, médio e longo prazo.

Algumas questões inquietantes animavam a agenda, quais sejam: Qual o projeto negro que queremos e precisamos para o futuro? Como pensar organizações negras sustentáveis e capazes de dialogar com as demandas do mundo contemporâneo? Como as Religiões de matriz africanas e irmandades negras podem nos ajudar a compor/recompor esse projeto construído no passado e que nos chega até hoje?

Nesse sentido, algumas dificuldades seculares acompanham o povo negro na sua trajetória histórica no Brasil desde suas origens mais remotas e que nos chegam até os dias de hoje: a dificuldade do Estado (e da sociedade) Brasileira em reconhecer o valor da contribuição negra para o país; a distância nítida entre a grandiosidade do projeto negro do passado e as conquistas reais das organizações negras no Brasil ainda hoje; e, por fim, a nossa frustração pessoal acerca da própria ação coletiva negra no sentido de se construir redes de poder e solidariedade mais

fortes e efetivas ao longo do século XX.

A junção dessas reflexões e dos nossos contextos de inserção nos territórios negros nos levaram a compor um conjunto de questões de partida, tais quais: Como as noções de memória, poder e redes de solidariedade podem ser articuladas como balizadoras de uma prática social coletiva, capaz de nos lançar para o futuro? No caso das religiões de matriz africana e das irmandades negras, o que as organizações oriundas desses segmentos podem nos ajudar a refletir o futuro?

As comunidades tradicionais de terreiros e as irmandades negras constituem-se como organizações negras que se forjaram nos processos de sobrevivência e superação do povo negro baiano. Muitas delas nascidas ainda no regime escravocrata, se constituíram como verdadeiros instrumentos de defesa dos direitos humanos do povo negro ao longo do século XX.

Ao longo da velha república, as comunidades tradicionais de Terreiros, por exemplo, passaram por um longo período de repressão policial cumulado com um processo de marginalização social patrocinada pela imprensa local. Não sem razão, a grande fonte de estudos do candomblé nesse período são, justamente, as manchetes de jornais noticiando os casos de batidas policiais nos Terreiros, investidas, na maioria das vezes, dotadas de grande violência e humilhação pública. Isso sem contar com as espoliações e pilhagens praticada pelos entes do estado, práticas que privaram e ainda privam as comunidades de terreiros de seus objetos sagrados, até porque parte desses objetos (os que não se perderam no tempo), ainda hoje, encontra-se sob a tutela do Estado.

Foi justamente na década de 1930 que o povo de santo começou uma articulação mais efetiva em prol do respeito e da (des)marginalização das suas práticas religiosas. A partir dos Congressos Afro brasileiros realizados em Recife e em Salvador, o povo de Santo rompe os muros dos terreiros e passa a dialogar com a intelectualidade baiana um rol de estratégias para dialogar com o Estado em pé de igualdade. Daí, surgem as primeiras organizações sociais de terreiros, dando personalidade jurídica e representatividade pública para o diálogo com o Estado e a sociedade civil. Nesse mesmo movimento, surgem também as primeiras confederações unindo as diferentes casas em prol de uma mesma agenda reivindicatória, bem como as primeiras conquistas legislativas em âmbito nacional, tais como o Decreto 1202, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas (Braga, 1995). Um processo que terá como resultado o abrandamento das perseguições policiais e a construção paulatina de uma identidade local que será mais à frente adotada pelo Estado como estratégia de marketing político.

Oscilando entre o estigma de ser um culto amaldiçoado e a conformação do mito da Roma Negra, os Terreiros da Bahia criaram uma tradição religiosa que não demorou ser exportada para outros estados da federação e outros países. É bem verdade que nesse processo foi de fundamental importância a divulgação dessa tradição através das músicas de Dorival Caymmi e Vinícius de Moraes, a literatura de Jorge Amado, a pintura de Caribé e os estudos etnográficos de Pierre Verger e Roger Bastide. Mas não podemos também esquecer do poder simbólico e midiático que exerceram algumas lideranças sacerdotisas do Candomblé, à exemplo de Mãe Senhora de Oxum do Ilê Axé Opo Afonja, Mãe Simplícia de Ogum, Mãe Menininha do Gantois. Nem de citar as contribuições de alguns sacerdotes, como Martiniano Bonfim, Joaozinho da Gomeia, Manezinho de Muritiba e Luiz da Muriçoca.

Adentramos ao século XX e uma questão se coloca para as Comunidades Tradicionais de Terreiros e demais irmandades negras, à exemplo da Sociedade Protetora dos Desvalidos e a Irmandade do Rosário dos Pretos, qual seja: a partir do legado herdado e as lutas havidas ao longo do século XX, que novos elementos devem compor as estratégias de luta em prol da sustentabilidade e atualização dessas entidades negras para o presente que esta posto e o futuro que nos bate à porta?

### ***3.0 NA PRIMEIRA EDIÇÃO, A ANCESTRALIDADE NEGRA COMO PONTO E PORTO***

### ***DE PARTIDA E DE CHEGADA***

A primeira edição desta disciplina foi construída a partir da colaboração e parceria de diversos atores oriundos de terreiros, irmandades negras, lideranças do movimento negro, acadêmicos, enfim, uma plêiade de atores mobilizados com o pensar a universidade a partir de lógicas de engajamento e troca de saberes.

Não sem razão, a disciplina foi construída para ocorrer ao longo de nove (9) encontros itinerantes entre espaços da academia e espaços de terreiros e irmandades, encontros esses que contemplaram: aulas, conferências, rodas de conversa, vivências em espaços sagrados e uma exposição de fotografias.

Os encontros ocorridos no espaço da universidade foram dedicados ao balizamento teórico acerca das interconexões possíveis entre Memória, Poder e Redes de Solidariedade do povo negro no passado, presente e futuro. Esses encontros ocorreram em distintas unidades da nossa universidade, quais sejam, a Escola de Administração da UFBA e o Centro de Estudos Afro Orientais – CEAO e tiveram como mediadores os professores André Santos, Desirée Tozi e Nicolau Parés, bem como, os mestres de saberes ancestrais, Baba Alagba Balbino Daniel de Paula e o Tata Xincarongomo Esmeraldo Emetério.

De modo concomitante, respeitando as agendas dos lugares, realizamos cinco encontros itinerantes nas Comunidades Tradicionais de Terreiros e Irmandades negras, um exercício de vivências interativas com esses lugares de memória, poder e redes de solidariedade. Almejou-se nesse movimento, realizar rodas de conversas temáticas, no qual o resultado venha ser a interação, o intercâmbio e a proposição de reflexões acerca do sentido da ancestralidade para esses espaços negros.

A participação de representantes de terreiros e irmandades negras em turmas junto com estudantes da universidade foi de fundamental importância para o sucesso dessa experiência, uma feita que esse intercâmbio provocou ricas vivências de mediação intercultural. Estudantes, povo de santo e membros de irmandades legaram vivências e ampliaram reflexões propositivas, bem como, fortaleceram redes.

A primeira visita externa, a convite do Alabá Balbino Daniel de Paula, a turma foi em caravana ao Ilê Agboulá na Ilha de Itaparica para vivência de uma celebração dedicada aos ancestrais no dia 02 de novembro, dia de finados. Esse foi um momento único e muito simbólico para essa disciplina. Com as bênçãos do Baba Opaoró, os estudantes e professores foram convidados a ouvir a ancestralidade que pulsa naquele templo dedicado aos ancestrais. Foram convidados, também a se engajarem nas lutas do povo negro.

A segunda vivência intitulada por “Memória do Povo negro baiano: O lugar da Memória na construção do coletivo: Axexé, Macondo, Azerim e os Cultos de Baba Egum, rituais de passagem ou rituais de memória?” ocorreu uma semana após essa primeira visita. Nessa ocasião, os estudantes foram recebidos pela comunidade do Tumba Junssara para refletir sobre o sentido dos rituais fúnebres nas religiões de matriz africana e seus entrecruzamentos com a noção de memória afrobrasileira. Esse foi um encontro marcante não só para os estudantes como para a comunidade do Tumba Junssara, haja vista que nesse dia essa comunidade recebeu como ilustre convidado o Alabá Balbino Daniel de Paula que dialogou com todos os participantes sobre a experiência vivenciada no Ilê Agboulá.

O terceiro encontro externo intitulado por “Memórias do Povo negro baiano e as estratégias de sobrevivência civil e política: Entre a desobediência civil e a institucionalização de entidades negras, a construção da ação coletiva e da arena de luta” ocorreu no Terreiro do Alaketu. Esse foi um momento extremamente rico no qual as lideranças dessa casa apresentaram a trajetória de luta do Terreiro e as memórias da grande yalorixá Olga do Alaketu.

O quarto encontro externo intitulado por “Memórias do Povo negro baiano e as redes de

apoio, solidariedade e afetos: Família de santo e irmandades negras, a construção do legado.” ocorreu na Sociedade Protetora dos Desvalidos, histórica irmandade secular localizada no Largo do São Francisco, Centro Histórico de Salvador. Essa é uma organização que descende da época da escravidão, quando negros alforriados criaram estratégias de compra da liberdade de outros irmãos. No Brasil república, essa organização empreendeu esforços para a formação profissional da população negra e, nos tempos atuais, continua defendendo os direitos humanos da população negra.

Por fim, o quinto encontro externo, embora ocorrido na Escola de Administração, foi externo e festivo, na medida em que tivemos a honra de receber a visita das irmãs da Irmandade da Boa Morte do São Gonçalo dos Campos. Uma das últimas irmandades da Boa Morte ainda em funcionamento no recôncavo baiano, essa organização foi criada por mães solteiras, na sua maioria, mulheres negras ligadas as religiões de matriz africana da cidade do São Gonçalo, a fim de fugirem do preconceito imputado às mulheres chefes de família, sobretudo ligadas ao candomblé, pela sociedade machista daquele município no início do século passado. Nesse encontro, as irmãs narraram essa memória e compartilharam seus cânticos de louvor e devoção.

Ao longo desses nove encontros, cinco instituições negras relevantes do Estado da Bahia, quais sejam, o Ilê Agboula, o Terreiro do Tumba Jussara, o Terreiro do Alaketu, a Irmandade da Protetora dos Desvalidos, bem como, a Irmandade da Boa Morte do São Gonçalo dos Campos emprestaram seus espaços físicos, seus quadros e suas memórias ancestrais para refletirmos substantivamente juntos. Essas reflexões foram compartilhadas junto a outras comunidades de candomblé da cidade, uma feita que seus membros também se fizeram presentes nessa disciplina, à exemplo das comunidades do Bate Folha, do Terreiro do Gantóis, da Casa de Oxumarê e da Casa Branca.

Ao final da disciplina realizamos uma mostra de fotografias que ficaram expostas no foyer da Escola de Administração para toda a comunidade da UFBA por cerca de 30 dias. As referidas fotos foram retiradas pelos participantes da ACCS e documentam os principais momentos da primeira edição dessa disciplina.

#### ***4.0 NA SEGUNDA E TERCEIRA EDIÇÃO, O DESAFIO DA PATRIMONIALIZAÇÃO DE TERREIROS***

Nos semestres de 2018.1 e 2019.1 a disciplina ACCS Lugares de Memória do povo negro inicia um processo metodológico de perimetralização das suas práticas, de modos a centrar suas energias a um dado território, em um dado espaço tempo e em dada agenda previamente estabelecida, qual seja, a instrução e o acompanhamento de processos de patrimonialização de terreiros.

Nesse sentido, se em 2018.1, o território escolhido para esse acompanhamento foi justamente o Terreiro do Tumba Junssara que passava pelo processo de patrimonialização junto ao IPHAN e ao IPAC, em 2019.1, nossos esforços se centraram nos Terreiros do Bogum no Engenho Velho da Federação e o Terreiro do Icimimó Aganju Didê, no território do Barro Vermelho na zona rural do município de Cachoeira.

Na sua segunda edição ocorrida no curso do semestre letivo de 2018.1, a ACCS Lugares de Memória buscou problematizar as noções de memória, poder e redes de solidariedade construídos ao longo da existência do espaço sagrado do Terreiro do Tumba Junsara nesse território da Vasco da Gama, um existir que remonta aos anos 1919 e perdura até os dias de hoje. Os aportes havidos ao longo desse projeto contribuíram para a instrução do processo de tombamento dessa casa, processo esse que já se encontrava em avançado decurso de tempo e negociação junto aos órgãos de salvaguarda, quais sejam, o IPAC e o IPHAN.

Pensar o lugar de memória desse Terreiro dentro da própria comunidade religiosa e

junto à comunidade do seu entorno, a Vila Colombina, se constituiu em um verdadeiro exercício de debates e reflexões coletivas acerca de questões nevrálgicas que concerne aos desafios de continuidade da ação coletiva dessa entidade negra no seu território, uma verdadeira mediação entre as demandas do lugar e os desafios da contemporaneidade.

Nesse sentido, as noções de memória, poder e redes de solidariedade junto com as noções de identidade, territorialidade e metodologias participativas de gestão de territórios foram alguns dos ganchos balizadores dessa prática social coletivizada, algo que nos lançou a um verdadeiro processo de interlocuções entre o passado, o presente e o futuro. Como a memória (e a própria existência física) do Tumba Junsara é articulada nas tramas de cultura, afetos e pertencimento do lugar é a questão transversal que nos levou a campo para investigar as redes de solidariedade entre a vizinhança mais próxima e o Terreiro do Tumba Junsara.

Entre março e julho de 2018, uma série de encontros conformou essa ação de pesquisa e extensão, um esforço de interação entre professores da disciplina, alunos da UFBA regularmente matriculados na ACCS ADMH048, lideranças religiosas ligadas ao Terreiro do Tumba Junsara, bem como, pesquisadores locais que foram convidados a refletir conosco os desdobramentos das mudanças da cidade na vida dessa casa centenária. Que estratégias de gestão do território são factíveis para a manutenção desse Terreiro em uma cidade em transformações foi justamente a questão transversal que estava implícita ao longo de todo o processo dialético dessa prática extensionista.

No primeiro momento, a ACCS ADMH048 (2018.1), buscou realizar uma série de atividades concernentes à construção da memória coletiva do Terreiro Tumba Jussara tendo como ponto de partida as relações de interação e solidariedade com o seu entorno. Aulas, oficinas, leituras guiadas e rodas de conversa foram as principais estratégias utilizadas nessa fase do projeto, a fim de se mobilizar os alunos, a comunidade do Tumba Junsara e demais pesquisadores convidados a refletirem sobre os dilemas do lugar. Em boa parte dos encontros membros da comunidade religiosa compartilharam com o grupo as suas memórias da casa e, par a passo, suas percepções acerca dos dilemas no processo de manutenção do território físico e as relações convivalidades e conflitualidades com a vizinhança.

Através dessas estratégias formativas, de modo processual e paulatino, foi se definindo do ponto de vista metodológico que repertórios de práticas participativas seriam mais eficazes para dinamizar a gestão social desse território e suas interações com o entorno. Essa foi justamente a deixa para nos adensarmos no processo de identificação participativa do estado das solidariedades e memórias evocadas pelo Tumba em relação ao seu entorno, qual seja, a Vila Colombina e a Ladeira da Vila América, e vice-versa.

No segundo momento, já de posse de alguma familiaridade das principais temáticas em tela, a ACCS partiu para o campo propriamente dito, fase em que se dividiu em distintos processos dialéticos, quais sejam: conhecer o território, identificar seus poderes locais instituídos e empreender entrevistas com membros dessa comunidade, tanto de dentro do terreiro, como do seu entorno. Esse foi justamente o momento em que a disciplina rompeu os muros da Universidade e passou a habitar o Terreiro do Tumba Junsara e a Comunidade da Vila América.

Foi justamente nesse momento de imersão que alunos e professores puderam testemunhar in loco alguns dos dramas verbalizados pela comunidade do Tumba Junsara, tais como, questões fundiárias, acessibilidade limitada, diminuição da qualidade ambiental do lugar, ausência de equipamentos públicos, mobilidade urbana reduzida, além de outras questões que passaram a ser identificadas nos processos de entrevistas.

Por fim, no terceiro momento, o grupo de trabalho passou a reunir-se ora na Universidade, ora no Terreiro do Tumba Junsara, para, coletivamente, sistematizar as impressões e os dados coletados ao longo do processo de pesquisa. Esse momento das reflexões culminou com a confecção de um memorial afetivo dando conta das “tramas de cultura, afetos,

e pertencimentos na Vila Colombina e as redes de solidariedade para com o Terreiro do Tumba Junssara”. Esse documento foi apresentado no seminário anual do Tumba Junssara, atividade que faz parte do calendário civil religioso dessa comunidade de santo e compõe o dossiê antropológico do processo de Tombamento dessa casa que foi tombada no segundo semestre de 2018 pelo IPAC e, logo depois, pelo IPHAN.

Já na terceira edição ocorrida em 2019, essa disciplina ACCS foi construída a partir da parceria junto a dois projetos de fortalecimento institucional do Centro de Estudos Afro Orientais patrocinados pela UFBA através do PRO CEAO. Desse modo, através dos projetos Perguntando a Onilê: Produção de conhecimento para instrução de processos de Tombamento de Terreiros e Escutas, memórias, percepções e anseios: o CEAO que queremos, realizaremos uma série de encontros no CEAO, bem como, em Terreiros de Candomblé da cidade de Salvador e do Recôncavo baiano, com o fito de ampliarmos os espaços de diálogo e solidariedade entre Universidade, Terreiros e comunidade negra, em geral.

Ao longo desse processo, almejou-se inventariar memórias coletivas das redes de organização da luta e resistência do povo negro da Bahia, seja através e a partir do CEAO, seja, através dos Terreiros de Candomblé nos seus processos de construção de narrativas antropológicas para a instrução e acompanhamento de processos de Tombamento.

A primeira parte dessa disciplina, como de costume, se deu a partir do balizamento teórico acerca das interconexões possíveis entre Memória, Poder e Redes de Solidariedade do povo negro no passado, presente e futuro. Esses primeiros encontros ocorreram no espaço da Universidade, quais sejam, o CEAO e a Escola de Administração.

O segundo momento, as atividades de campo que se desenvolveram a partir de blocos de atividades ao longo do semestre.

O primeiro deles, em diálogo com a equipe PRO CEAO do projeto Escutas, memórias, percepções e anseios: O CEAO que queremos, os integrantes da disciplina acompanharam a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas junto a personagens chaves oriundas de Terreiros e organizações do movimento negro acerca das suas vivências e lutas gestadas no espaço público e político do CEAO. Esse foi um momento que os estudantes da ACCS, para além de acompanharem essas pesquisas, aplicaram questionários junto a comunidade de comerciantes e moradores do dois de julho, bairro no qual se localiza o CEAO.

O segundo bloco de atividades foi, juntamente com a equipe do projeto PRO CEAO Perguntando a Onilê: Produção de conhecimento para instrução de processos de Tombamento de Terreiros, os estudantes foram instados a realizar ações de pesquisa e extensão nas Comunidades Tradicionais de Terreiros abarcadas pelo projeto, quais sejam, o Terreiro do Bogum e o Terreiro do Icimimó Aganju Didê. Esse foi o momento no qual os alunos da ACCS participaram de oficinas de laudos antropológicos junto à equipe ProCEAO Perguntando a Onilê.

Ademais, nesse mesmo semestre intenso, os estudantes matriculados participaram ativamente de uma audiência pública na cidade de Cachoeira patrocinada pela câmara de vereadores do município para tratar da questão fundiária envolvendo o Terreiro do Icimimó e uma grande empresa de celulose sediada no recôncavo baiano, conflito esse que até hoje coloca em risco a fruição do território por essa comunidade tradicional. Participaram também da aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas junto a vizinhança do Terreiro do Bogum, a fim de compor um documento similar ao produzido na segunda edição dessa disciplina ocorrida no Terreiro do Tumba Junssara. Cabe notar que no ano de 2021, o Terreiro do Icimimó conseguiu o tombamento emergencial e o Terreiro do Bogum ainda aguarda o andamento do seu processo de patrimonialização junto ao IPHAN.

## ***5.0 ENTRE O SÃO BARTOLOMEU E AS MEMÓRIAS ANCESTRAIS DO ILÊ OBITICÔ:***

## ***A ACCS LUGARES DE MEMÓRIA E O DESAFIO DE SE FAZER EXTENSÃO EM TEMPOS PANDEMICOS***

E eis que chegou a pandemia e a impossibilidade de se fazer a extensão presencial com interação plena junto as comunidades e a sociedade de um modo geral. Esse foi um momento de hiato das práticas extensionistas que muito fez sofrer aqueles que têm a extensão como um modo de vida. A necessidade de distanciamento social imposto pela pandemia fez com que a universidade precisasse repensar essas práticas no formato remoto, algo que se por um lado nos fez perder o calor da presencialidade, por outro, nos fez ganhar em escalas de interação com um numero muito maior de atores, ampliando assim os alcances da universidade.

Foi imbuído nessa possibilidade que no semestre suplementar de 2020 e no semestre especial de 2021.1 que realizamos a quarta e a quinta edição da ACCS Lugares de Memória do Povo Negro da Bahia. Como intervir remotamente em territórios sem necessariamente cumprir o requisito da presencialidade? Como fazer extensão universitária de verdade a partir da casa de cada um dos participantes desse projeto? Essas foram duas inquietações que nos mobilizaram diretamente fazendo desses semestres um verdadeiro exercício de curadoria e realização.

No semestre suplementar, a atenção dessa disciplina se voltou para o complexo sócio ambiental Parque do São Bartolomeu, Bacia do Cobre e Floresta do Orubu, entendendo esse lugar na sua dimensão de território sagrado do povo de santo da Bahia e, nesse sentido, um lugar de memória.

Interessou-nos no contexto da pandemia, realizar escutas públicas junto a atores privilegiados quanto às memórias negligenciadas que gravitam nesse território, a exemplo dos povos indígenas, os quilombolas, o povo de santo e o povo da periferia da cidade de Salvador. Ademais, interessou-nos também refletir sobre as estratégias de gestão do futuro desse espaço sagrado que resiste às ameaças dos efeitos da urbanização desordenada, do racismo ambiental, da especulação imobiliária e dos projetos de desenvolvimento angariados pela municipalidade e o governo do estado.

Com o apoio do Conselho Gestor das APA do Parque São Bartolomeu e do Grupo de Trabalho para a implantação da Unidade de Conservação da Lagoa da Paixão, buscamos junto com os estudantes inscritos nesse projeto desenvolver os elementos e as dimensões que devem conter um Plano de Salvaguarda para este Território. As leituras e escutas junto a atores privilegiados se constitui em uma oportunidade de mobilização social em prol da construção de um projeto de intervenção pautado na articulação das comunidades de terreiro em defesa da salvaguarda desse patrimônio negro da cidade do Salvador.

Em suma, no âmbito do contexto pandêmico, o formato remoto dessa ACCS teve como intensão basilar o acumulo de subsídios para intervenções sociais futuras nesse Território sócio ambiental. Ao partimos da perspectiva de que esse é um patrimônio negro coletivo que historicamente tem sido salvaguardado pelos povos e comunidades tradicionais de terreiros tanto do seu entorno como de toda a cidade, defendemos a tese de que nada mais justo que o Estado reconheça a partir de instrumentos de salvaguarda as características identitárias desse lugar. Em última análise, almejamos com isso a garantia políticas públicas de salvaguarda compartilhada desses territórios que compõe esse complexo sócio ambiental negro.

Já no semestre especial de 2021, a atenção dessa disciplina se voltou para a memória ancestral da Família de Santo Obitikô, pensando nos principais marcadores pautados por suas lideranças ao longo dos tempos. Trata-se da memória do Terreiro fundado pelo lendário Bangboshê Obitikô, negro escravizado que trouxe o culto de Xangô para o Brasil. Para além da memória desse ancestral, essa casa de santo guarda também as memórias de Felisberto Sowzer (Benzinho), de Ya Irene Sowzer falecida em 2015 e da Ya Regina Sowzer, que difundiu o Axé Banbogsé no Rio de Janeiro.

A partir desse formato remoto, essa ACCS ao mergulhar na memória ancestral dessa família ajudou as lideranças dessa comunidade a refletirem como ampliar sistematicamente a salvaguarda desse patrimônio imaterial e material que já realizam ao longo do tempo. Ao inserir o Obiticô no rol dos bens afro-brasileiros patrimonializáveis, essa ACCS cumpriu a função de alertar para os riscos que correm essa casa singular que guarda a memória das religiões de matriz africana no Brasil, um legado pautado pelos diálogos entre Brasil e África, bem como a difusão do culto na Bahia e no Brasil.

Embora não seja formalmente patrimonializada, essa casa guarda uma memória nacional que merece ser visitada e salvaguardada. Nesse sentido, as leituras e escutas junto a atores privilegiados se constituiu em uma oportunidade única de estabelecermos diálogos com o campo do patrimônio, diálogo esse pautado na articulação dessa comunidade de santo em prol da defesa e salvaguarda desse patrimônio negro da cidade do Salvador.

Vale ressaltar que esse movimento de participação ativa dessa casa na ACCS Lugares de Memória pela via de webnários decorre da sua participação no mapeamento cultural empreendido pela Prefeitura do Município de Salvador pela via da Lei Aldir Blanc, um movimento que se traduz em um compartilhamento de saberes junto à sociedade Soteropolitana e Brasileira de um modo geral. Nesse sentido, a intensão dessa partilha foi de ampliar os saberes afro-brasileiros, a fim de amplificarmos as narrativas negras.

## **6.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*(Fonte Times New Roman, tamanho 11, itálico).*

Refletir sobre as edições da *ACCS Lugares de Memória do Povo Negro da Bahia: a Gestão do Futuro* é uma viagem sobre caminhos navegados e ainda por navegar nos territórios negros negligenciados. Esse é o fruto de uma trajetória extensionista engajada com as agendas de pública relevância desses territórios esquecidos pelos poderes públicos.

Esse caminhar nos reivindica uma série de reflexões se nos colocam e abrem espaço para agendas de pesquisa e extensão cada vez mais emergentes e que podem nos auxiliar na autocritica dessa práxis. A guisa de considerações finais, pontuaremos nesse trabalho três dessas reflexões.

A primeira delas concerne sobre as interdisciplinaridades propostas ao longo desse caminhar. Essa ACCS, ao longo de sua trajetória, buscou dialogar com as epistemologias das comunidades de matrizes culturais africanas, qual seja, a interação entre o território físico e simbólico, algo que se perfaz, através da cultura, da história, da memória, da identidade de grupo e da preservação material e imaterial. Nesse sentido, torna-se coerente a articulação de disciplinas curriculares como a Gestão Social, a Antropologia, a História, a Arquitetura, o Direito, a Administração Pública para pensar a gestão do passado, do presente e do futuro dessas comunidades, sobretudo quando diante das suas redes de interação, integração e solidariedade para com outras comunidades de terreiro, bem como, as comunidades do seu entorno. A questão que se nos coloca como agenda é justamente ampliar os nossos processos de curadoria de saberes disciplinares capazes de dialogar com as interdisciplinaridades que pulsam nos territórios negros e que não encontram abrigo nas epistemologias tradicionais.

A segunda reflexão esta intimamente ligada às interações entre a academia e as comunidades. Por tratar-se de uma atividade de extensão, consideramos fundamental na condução dessa ACCS, as interações entre a comunidade detentora do patrimônio material e imaterial junto com a comunidade acadêmica, dois universos distintos que quando em diálogo podem construir sinergias relevantes no campo da preservação cultural. Nesse sentido, observamos ao longo dessa trajetória que a produção acadêmica quando confrontadas e complementadas pelas contribuições empíricas dos mestres dos saberes ancestrais tem o potencial de desdobrar importantes formas de reflexão crítica e de produção de novos

conhecimentos tanto dentro do espaço da universidade como das comunidades envolvidas. Esse é um processo de via dupla que precisa ser construída a partir de práticas de reciprocidade pautadas na atenção mútua, nos círculos de confiança, na empatia e na solidariedade. Essa é uma reflexão que reivindica uma agenda de pesquisa e extensão para refletirmos ao longo dessa trajetória as percepções advindas das comunidades tradicionais com as quais dialogamos.

A terceira reflexão está intimamente ligada aos processos de construção de saberes a partir dessas interações, um aprendizado que cada edição dessa ACCS nos faz aprender e caminhar mais um pouco. Em verdade, cada edição aqui relatada foi um momento de aposta e articulação entre teorias e práxis. Essa é uma reflexão que nos lança para pensarmos inovações, seja no campo da prática extensionista, seja na própria concepção de políticas de intervenção sócio territorial nas quais as políticas públicas sejam esculpidas pelos atores diretamente envolvidos e implicados.

Por fim, a quarta reflexão concerne, justamente, aos pontos de entrecruzamento e intersecção entre dois campos que se encontraram nessa experiência ao longo de cinco edições, qual seja, as interações entre o campo das políticas de patrimônio, em especial, o patrimônio afro-brasileiro e o campo da gestão social. Esses são dois campos interdisciplinares por natureza que diante dos territórios negros ora convergem, ora contrastam entre si. Essa é uma observação participante que nos abre um verdadeiro campo de pesquisa para pensar os limites dessas intercessões, um caminhar que certamente legará para os lugares de memória do povo negro do Brasil possibilidades de um futuro mais diverso e inclusivo.

## **REFERÊNCIAS**

BRAGA, Júlio. Na Gamela do Feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia. EDUFBA, 1995.

CARNEIRO, Edson. Religiões negras e negros bantos: notas de etnografia religiosa e de folclore. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

CARVALHO, José Jorge. Sobre o notório saber dos mestres tradicionais nas instituições de ensino superior e de pesquisa. UNB, 2016.

CASTILLO, Lisa Earl. Bamboxê Obitikô e a expansão do culto aos orixás (século XIX): uma rede religiosa afroatlântica. Tempo (Niterói, online) | Vol. 22 n. 39. p.126-153, jan-abr.,2016.

----- . Vida e Viagens de Bamboxê Obitikô. In: Jesus, A.J.S. & Junior, V.C.S. (orgs.). Minha Vida é Orixá. Salvador: Ifá Editora, 2011. p. 55-81.

LIMA, Vivaldo da Costa. O candomblé da Bahia na década de 1930. ESTUDOS AVANÇADOS 18 (52), 2004.

MAESTRI, Rita de Cássia; MINDAL, Clara Brener. METODOLOGIA DE HISTÓRIA DE VIDA: A HISTÓRIA DE VIDA PROFISSIONAL DE UMA PESSOA SURDA. XI Congresso Nacional de Educação EDUCARE, 2013.

NOGUEIRA, Maria Luisa Magalhães et all. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. Pesqui. prá. psicossociais vol.12 no.2 São João del-Rei abr./jun. 2017

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Porg. História, São Paulo (10), 1993.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014

----- A favor da Etnografia. Rio de Janeiro, 1995.

SODRE, Muniz. O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1988.